



**UNIVERSIDADE
FEDERAL DA
FRONTEIRA SUL**

Relatório Final Consultoria

**GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCOS E
CONTROLES INTERNOS**



QUAL FOI O TRABALHO REALIZADO?

Esta consultoria analisou a adequação da Política de Gestão de Riscos da UFFS à sua nova configuração institucional, com foco nas readequações necessárias após a extinção da Assessoria Especial de Governança e Integridade (Asegi).

A consultoria visou fornecer insumos estratégicos para apoiar a estruturação de um modelo de Governança que impulse a efetivação da gestão de riscos na UFFS.

POR QUE O TRABALHO FOI REALIZADO?

A consultoria foi realizada com objetivo ajustado com o Reitor da UFFS, ainda em 2024, para avaliar a continuidade das ações referentes ao andamento da efetivação da Política de Gestão de Riscos na UFFS.

Embora a UFFS tenha formalizado sua Política de Gestão de Riscos, a AUDIN identificou, na Análise Preliminar, que a Política de Gestão de Riscos da UFFS poderia estar desatualizada.

Diante disso, foi necessário reorientar a consultoria para redefinir responsabilidades, suprir as lacunas funcionais e buscar viabilizar a consolidação efetiva da Política, na nova configuração institucional.

QUAIS AS CONCLUSÕES ALCANÇADAS? QUAIS RECOMENDAÇÕES FORAM EMITIDAS?

A extinção da Assessoria Especial de Governança e Integridade (Asegi), em 2024, gerou lacuna institucional, exigindo readequação. A Política de Gestão de Riscos da UFFS (Resolução nº 66/CONSUNI-CAPGP/UFFS/2024) está desatualizada, contendo referências à extinta Asegi, o que compromete a clareza e a aplicação da política. A coordenação do Comitê de Governança, Riscos e Controles (CGRC) está sendo exercida informalmente pela Assessoria Especial para Assuntos Estratégicos (Asseae), sem formalização normativa, gerando incerteza jurídica e fragilizando a atuação do Comitê. A Portaria nº 3666/GR/UFFS/2024, que designa os membros do CGRC, encontra-se desatualizada, com servidores que já não ocupam os cargos correspondentes, comprometendo a legitimidade das decisões e a representatividade do Comitê. Quanto à transparência ativa, constatou-se fragilidades no atendimento aos princípios da publicidade e da transparência. Em conjunto, esses achados indicam que a UFFS necessita de uma readequação normativo/operacional para ter um modelo de governança de riscos robusto e alinhado à sua atual realidade institucional. O monitoramento das recomendações será realizado via sistema e-CGU, com o Gabinete do Reitor como setor responsável pelas manifestações, e o prazo inicial sugerido para o monitoramento é de seis meses após a emissão do relatório final de consultoria. A análise da auditoria e as recomendações propostas, encontram-se no item IV e V do relatório.

Sumário

I – INTRODUÇÃO.....	4
II – MARCOS NORMATIVOS E INSTITUCIONAIS 2016-2025.....	6
III – RESULTADOS DOS EXAMES.....	9
IV – ANÁLISES.....	15
V – RECOMENDAÇÕES CORRETIVAS E ESTRUTURANTES.....	18
VI– CONCLUSÃO.....	19
ANEXO I.....	21
ANEXO II.....	22

I – INTRODUÇÃO

O RA Nº 05/AUDIN/UFFS/2025 trata da apresentação dos resultados da consultoria, na modalidade assessoria, sobre Governança, Gestão Riscos e Controles Internos da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) – OS 16/2025 – Audin – Processo público Sipac nº 23205.018381/2025-49.

A presente consultoria foi iniciada com o objetivo central de apoiar a consolidação institucional da Política de Gestão de Riscos da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), um tema de inegável relevância no contexto da administração pública, fundamentado por marcos normativos, como a Instrução Normativa Conjunta MP/CGU nº 01/2016 e o Decreto nº 9.203/2017. O diagnóstico prévio da Auditoria Interna (AUDIN), realizado em 2023, já apontava desafios na implementação prática da gestão de riscos na UFFS, como a restrição a riscos operacionais, o baixo engajamento de gestores e servidores, e a ausência de monitoramento periódico. Contudo, a extinção da Assessoria Especial de Governança e Integridade (Asegi), em 2024, introduziu um fator crítico adicional, uma vez que a Asegi desempenhava um papel estratégico fundamental, incluindo a coordenação do Comitê de Governança Riscos e Controle.

Essa mudança organizacional gerou uma lacuna institucional significativa, demandando uma reorientação estratégica da consultoria. A análise preliminar revelou que a Política de Gestão de Riscos da UFFS pode estar desatualizada, mantendo referências à Asegi, e que não há clareza formal sobre qual órgão ou unidade administrativa é atualmente responsável pela coordenação do Comitê de Governança Riscos e Controle. Adicionalmente, verificou-se a necessidade de avaliar a composição atual do Comitê e o grau de publicidade e transparência das informações relacionadas à gestão de riscos, visto que o *site* institucional ainda apresenta informações desatualizadas sobre a Asegi e lacunas no acesso a dados do Comitê, o que pode estar comprometendo a transparência institucional e a compreensão dos processos internos.

Diante desse cenário complexo, o objetivo da consultoria foi readequado para apoiar a estruturação de um modelo de Governança para a Gestão de Riscos da UFFS, considerando a extinção da Asegi e suas implicações. Busca-se analisar a adequação da Política de Gestão de Riscos à nova configuração institucional, identificar formalmente o órgão responsável pela coordenação do Comitê, verificar sua composição atual e avaliar a transparência das informações junto ao *site* institucional.

Para atender ao objetivo geral do trabalho, que é apoiar a estruturação de um modelo de Governança para a Gestão de Riscos da UFFS, considerando a extinção da Asegi, definiu-se os seguintes objetivos específicos:

1. Analisar a adequação da Política de Gestão de Riscos da UFFS à nova configuração institucional, identificando eventuais necessidades de atualização decorrentes da extinção da Asegi.
2. Identificar o órgão ou unidade administrativa atualmente responsável pela coordenação do Comitê de Governança Riscos e Controle, considerando a reestruturação institucional e eventuais realocações de responsabilidades.
3. Identificar a composição atual dos membros do Comitê de Governança Riscos e Controle, verificando seus representantes.
4. Avaliar o grau de publicidade e transparência das informações relacionadas à Política de Gestão de Riscos e Controles Internos, abrangendo normas, fluxos, papéis, responsabilidades e demais dados pertinentes, com vistas a identificar oportunidades de aprimoramento na comunicação institucional e no acesso à informação.
5. Reiterar, no Relatório de Consultoria, as recomendações de auditoria pendentes de implementação, oriundas da Nota de Auditoria nº 1/AUDIN/UFFS/2023, adequando-as à realidade atual, se for o caso.

Para atender aos objetivos do trabalho, definiu-se as seguintes questões de auditoria:

- A) Política de Gestão de Riscos da UFFS está atualizada e compatível com a estrutura organizacional vigente pós-extinção da Asegi?
- B) Qual órgão, função ou unidade responde formalmente pela coordenação do Comitê de Governança Riscos e Controle segundo os normativos e portarias vigentes?
- C) As atribuições estão claramente definidas e documentadas para essa unidade?
- D) Houve lacunas ou sobreposições de responsabilidade após a extinção da Asegi?
- E) Quem são os membros atualmente nomeados para o Comitê de Governança Riscos e Controle?
- F) Existem lacunas quanto à composição atual do Comitê de Governança Riscos e Controle?
- G) As informações relevantes (normas, fluxos, papéis, responsabilidades) sobre gestão de riscos e controles internos estão disponíveis e acessíveis nos canais institucionais?
- H) A comunicação institucional assegura clareza e atualização dessas informações a todos os públicos interessados?

Nesse trabalho foram aplicados, entre outros que se fizeram necessários, os seguintes procedimentos e técnicas de auditoria:

1. Indagação Escrita (solicitações de auditoria, *WhatsApp* e *e-mail*, reuniões presenciais ou *online*).

2. Análise documental de portarias, normas, resoluções, relatórios, organogramas, e demais documentos institucionais, para verificar conformidade e efetividade, além de informações emitidas pela gestão através de formalização de solicitações de auditoria e/ *whatsapp*.

3. Análise comparativa (*benchmarking*). Comparação com boas práticas e recomendações oficiais, especialmente do TCU e CGU, verificando o alinhamento das práticas de transparência institucionais da UFFS com padrões nacionais.

4. Análise de dados em sistemas informatizados. Consulta e análise de informações disponibilizadas em sistemas internos e canais institucionais, como o *site*, visando verificar disponibilidade, atualização e transparência das informações.

5. Utilização de IA Generativa *ChatGPT 5.0* e *Copilot* para auxiliar na análise de dados e na apresentação textual das análises da consultoria.¹

A Auditoria Interna atua como órgão de assessoramento técnico, visando subsidiar as decisões da Administração para fortalecer a gestão e assegurar eficácia, eficiência, efetividade e economicidade, sob o prisma dos controles internos, porém suas opiniões não têm caráter vinculante.

Conforme o art. 17 do Decreto nº 3.591/2000, essa assessoria não substitui as responsabilidades de controle interno de cada chefia, que devem ser exercidas em todos os níveis. Esses controles compreendem: (i) instrumentos de controle de desempenho e de observância das normas pela chefia competente; (ii) instrumentos de controle da observância das normas gerais das atividades auxiliares, pelos órgãos próprios de cada sistema; e (iii) instrumentos de controle da aplicação dos recursos públicos e da guarda dos bens públicos.

II – MARCOS NORMATIVOS E INSTITUCIONAIS 2016-2025

Entre 2016 e 2025, a gestão de riscos na Administração Pública Federal e na UFFS passou por um ciclo de institucionalização e aperfeiçoamento contínuos. O ponto de partida foi a Instrução Normativa Conjunta MP/CGU nº 01/2016, que estabeleceu diretrizes para governança, controles internos e gestão de riscos no âmbito federal. Em seguida, o Decreto nº 9.203/2017

¹ Destaca-se que houve atenção para utilização das IA's apenas para dados públicos, ou seja, dados sem restrição de acesso. Também, houve atenção e conferência quanto a confiabilidade dos resultados apresentados pelas IA's. A utilização de IA's está sendo utilizada de forma auxiliar, complementar e experimental, mantendo-se o rigor técnico da análise da auditoria.

consolidou princípios de governança pública e reforçou a necessidade de práticas sistemáticas de identificação, avaliação, resposta e monitoramento de riscos.

Na UFFS, esse movimento se materializou em marcos normativos sucessivos – Portaria nº 301/GR/UFFS/2017, Portaria nº 738/GR/UFFS/2018, Resolução nº 41/CONSUNI CAPGP/UFFS/2022 –, culminando na Resolução nº 66/CONSUNI CAPGP/UFFS/2024, que aprova a Política de Gestão de Riscos vigente.

A seguir, apresentam-se os normativos externos e institucionais considerados nesta consultoria, sobre a gestão de riscos, partindo-se da Instrução Normativa Conjunta MP/CGU nº 01/2016.

2016

- IN Conjunta MPOG/CGU nº 1, de 10/05/2016
Publicação: Dispõe sobre controles internos, gestão de riscos e governança no âmbito do Poder Executivo Federal.
Situação: VIGENTE

2017

- Portaria nº 301/GR/UFFS/2017, de 09/03/2017
Estabelece a Política de Gestão de Riscos da UFFS.
Situação: REVOGADA
- Portaria nº 1386/GR/UFFS/2017
Criação do Comitê Gestor de Riscos e Controles Internos da UFFS.
Situação: REVOGADO
- IN nº 9/PROPLAN/UFFS/2017 (corrigida para IN nº 14/PROPLAN/UFFS/2017)
Institui o Plano Institucional de Gestão de Riscos e Controles Internos da UFFS.
Situação: REVOGADO
- Decreto nº 9.203, de 22/11/2017
Dispõe sobre a política de governança da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.
Situação: VIGENTE

2018

- Portaria nº 738/GR/UFFS/2018, de 30/07/2018
Estabelece nova Política de Gestão de Riscos da UFFS.
Situação: REVOGADA

2021

- Portaria nº 1684/GR/UFFS/2021
UFFS cria a Assessoria Especial de Governança e Integridade – Asegi.
Situação: REVOGADA

2022

- Portaria nº 2431/GR/FFS/2022, de 19/08/2022
Revoga a Portaria nº 738/GR/UFFS/2018.
Situação: REVOGAÇÃO FORMAL
- Resolução nº 41/CONSUNI CAPGP/UFFS/2022
Institui a Política de Gestão de Riscos da UFFS.
Situação: REVOGADA

2023

- Plano Institucional de Gestão de Riscos e Controles Internos – Operacionais (Versão 2.0)
Nova versão do plano institucional.
Situação: REVOGADA
- Resolução nº 1 CCGC/UFFS/2023, de 14/11/2023
Aprova o calendário de Reuniões Ordinárias do Comitê de Governança, Riscos e Controles da UFFS.
Situação: VIGENTE

2024

- Resolução nº 2 CGRC/UFFS/2024, de 26/02/2024
Aprova nova redação da Política de Gestão de Riscos da UFFS.
Situação: VIGENTE
- Resolução nº 3 CGRC/UFFS/2024, de 26/02/2024
Aprova o Plano institucional de Gestão de Riscos e Controles Internos da UFFS.
Situação: VIGENTE
- Portaria nº 3370/GR/UFFS/2024, de 27/03/2024
Cria a Assessoria Especial para Assuntos Estratégicos (ASSEAE).
Situação: ALTERADA
- Portaria nº 3668/GR/UFFS/2024, de 26/09/2024
Extingue a Assessoria Especial de Governança e Integridade da UFFS (Asegi).
Situação: VIGENTE
- Resolução nº 66/CONSUNI CAPGP/UFFS/2024, de 10/07/2024
Aprova a Política de Gestão de Riscos da UFFS.
Situação: VIGENTE
- Plano Institucional de Gestão de Riscos e Controles Internos V3.0
Situação: VIGENTE

- Portaria nº 3666/GR/UFFS/2024
Designa membros para compor o Comitê de Governança, Riscos e Controles da UFFS.
Situação: VIGENTE
- Portaria nº 3674/GR/UFFS/2024, de 27/09/2024
Inclui o Art. 2º A na Portaria nº 3370/GR/UFFS/2024.
Situação: VIGENTE

2025

- Relatório CGU Desenvolvimento e Consolidação da Gestão de Riscos e Controles Internos na Administração Pública Federal – Portaria CGU nº 2.999/2024.

Ainda, apresenta-se, de forma sintetizada, a linha do tempo das Políticas de Gestão de Riscos já emitidas pela UFFS:



Fonte: Site Institucional. Imagem IA Copilot.

III – RESULTADOS DOS EXAMES

A presente seção detalha a análise da Política de Gestão de Riscos da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) no contexto das recentes alterações organizacionais, com foco na extinção da Assessoria Especial de Governança e Integridade (Asegi). Este exame é crucial para verificar a compatibilidade da política vigente com a estrutura institucional atual, conforme delineado no “*Programa de Consultoria – AUDIN*”, que busca entender se “*A Política de Gestão de Riscos da UFFS está atualizada e compatível com a estrutura organizacional vigente pós-extinção da Asegi?*”.

Ainda, aborda a identificação do órgão ou unidade administrativa atualmente responsável pela coordenação do Comitê de Governança Riscos e Controle (CGRC) da UFFS, considerando o impacto da reestruturação institucional e as eventuais realocações de responsabilidades. Tal

verificação atende diretamente ao objetivo específico de *“Identificar o órgão ou unidade administrativa atualmente responsável pela coordenação do Comitê de Governança Riscos e Controle, considerando a reestruturação institucional e eventuais realocações de responsabilidades”*, e ainda verifica *“Qual órgão, função ou unidade responde formalmente pela coordenação do Comitê de Governança Riscos e Controle segundo os normativos e portarias vigentes?”*.

Também, observa se as atribuições estão claramente definidas e documentadas para essa unidade responsável pela coordenação do CGRC, se houve lacunas ou sobreposições de responsabilidade após a extinção da Asegi, quem são os membros atualmente nomeados para o Comitê de Governança Riscos e Controle e se há lacunas quanto à composição atual do Comitê de Governança Riscos e Controle.

Por fim, avalia a transparência observando se as informações relevantes (normas, fluxos, papéis, responsabilidades) sobre gestão de riscos e controles internos estão disponíveis e acessíveis nos canais institucionais e se a comunicação institucional assegura clareza e atualização dessas informações a todos os públicos interessados.

3.1 CONSTATAÇÕES

Constatação 01 – A Política de Gestão de Riscos da UFFS encontra-se desatualizada, fazendo referência a uma unidade organizacional extinta, o que compromete sua aplicabilidade e a clareza na estrutura de governança.

Fato

A Política de Gestão de Riscos da UFFS, formalizada pela Resolução nº 66/CONSUNI-CAPGP/UFFS/2024, menciona atribuições e responsabilidades da Assessoria Especial de Governança e Integridade (Asegi). Contudo, verificou-se por meio da Portaria nº 3668/GR/UFFS/2024 que a referida unidade foi extinta. Em decorrência, o normativo que rege a gestão de riscos na instituição não reflete a atual estrutura organizacional, mantendo referências a uma unidade que não existe mais no organograma da universidade.

Causa/Critério/Consequência

A desatualização normativa reside na falha do processo para revisão de normativos impactados por mudanças na estrutura organizacional. A extinção da Asegi não foi acompanhada de um plano de transição que reatribuísse suas responsabilidades, nem acionou um processo formal para a revisão dos documentos impactados. Por fim, não foi formalmente designada outra unidade ou comitê como responsável principal pela manutenção e proposição de atualizações da Política de gestão de Riscos, embora a Portaria nº 3674/GR/UFFS/2024 informe a competência da Asseae

em coordenar o desenvolvimento, alterações e revisões de normativas institucionais, relativas à governança, integridade, gestão de riscos e controles internos, com vistas à prevenção e a mitigação de vulnerabilidades eventualmente identificadas, bem como, adequações a normativas superiores.

Como critérios podemos citar a Instrução Normativa Conjunta MP/CGU nº 01/2016, a qual determina responsabilidades quanto à revisão e monitoramento do processo de gestão de riscos. Um normativo com responsabilidades atribuídas a uma unidade extinta não cumpre este requisito de forma efetiva. Ainda, os princípios da Transparência e da Eficiência Administrativa (Art. 37 da Constituição Federal): A administração pública deve zelar pela clareza de seus atos e pela eficiência de seus processos. Um normativo desatualizado, que gera ambiguidade e incerteza, vai de encontro a esses princípios. E também a Portaria nº 3674/GR/UFS/2024, que prevê à Asseae a competência para coordenar alterações e revisões de normativas institucionais relacionadas à gestão de riscos.

Como consequência, pode-se citar que a manutenção de referências a uma unidade extinta gera ambiguidade de papéis, incertezas na aplicação da política e risco de descontinuidade em processos de gestão de riscos. Ainda, a fragilização da governança de riscos, com possibilidade de atrasos, retrabalhos e inconsistências na coordenação do Comitê de Governança, Riscos e Controle, além de aumentar a exposição a achados de auditoria e reduzir a transparência perante as partes interessadas. Para a comunidade acadêmica e a sociedade, a falta de cuidado com normativos estratégicos pode ser percebida como uma falha de governança, afetando a credibilidade da gestão.

Constatação 02 – A coordenação do Comitê de Governança, Riscos e Controle (CGRC) encontra-se sem designação formal, sendo exercida informalmente e sem amparo normativo pela Assessoria Especial para Assuntos Estratégicos (Asseae).

Fato

Após a extinção da Assessoria Especial de Governança e Integridade (Asegi), conforme Portaria nº 3668/GR/UFS/2024, não foi publicado um ato normativo designando formalmente a nova unidade responsável pela coordenação do Comitê de Governança, Riscos e Controle (CGRC). Os trabalhos de auditoria constataram que a Assessoria Especial para Assuntos Estratégicos (Asseae) vem exercendo essa função de fato, porém, de maneira informal, sem uma portaria de designação para tal atribuição e sem que os normativos internos, como a Política de Gestão de Riscos, tenham sido atualizados para refletir essa responsabilidade.

Causa/Critério/Consequência

Com a extinção da Asegi (2024) não foi publicado ato formal de redesignação da coordenação do CGRC. Há ausência de portaria específica e de atualização da Política de Gestão de Riscos (e demais normativos) para refletir a realocação da atribuição para a Asseae, mantendo a situação apenas informal.

A Administração Pública é regida pelo princípio da legalidade, e suas competências, estruturas e responsabilidades devem ser estabelecidas por meio de atos formais e devidamente publicados. Como consequência, pode-se citar que eventuais encaminhamentos, coordenados pela Asseae no âmbito do CGRC, podem ser questionados futuramente por terem sido conduzidos por uma instância sem competência formalmente atribuída. A ausência de designação formal enfraquece a autoridade da Asseae perante as demais unidades da universidade para cobrar ações, monitorar riscos e executar as deliberações do Comitê. A informalidade pode abrir margem para dúvidas sobre os limites de atuação da Asseae e de outras unidades, podendo gerar conflitos operacionais e falta de clareza nos fluxos institucionais. Por fim, torna-se difícil responsabilizar formalmente a unidade por falhas ou omissões na condução do CGRC, uma vez que a atribuição não está oficialmente documentada.

Constatação 03 – A composição do Comitê de Governança, Riscos e Controle (CGRC) está formalmente desatualizada, incluindo membros que não mais ocupam os cargos de representação, o que compromete a legitimidade e a representatividade do referido comitê.

Fato

A Portaria nº 3666/GR/UFFS/2024 que designa os membros do CGRC está desatualizada. A análise dos documentos e das informações prestadas, em resposta à Solicitação de Auditoria nº 23/2025, evidenciou que a portaria ainda lista servidores que foram exonerados ou que não mais ocupam os cargos que lhes garantiam assento no comitê. Dessa forma, a composição formal do CGRC não corresponde à atual estrutura de gestão da universidade.

Causa/Critério/Consequência

Não há um processo estabelecido que notifique automaticamente um responsável pela portaria do CGRC sempre que um servidor membro do comitê é exonerado, nomeado para outro cargo ou se aposenta. Não está claro quem tem a atribuição de monitorar a composição do CGRC e propor as atualizações necessárias ao Gabinete do Reitor.

Como critérios, temos o princípio da publicidade e da motivação dos atos administrativos, já que os atos que designam representantes para comitês devem ser transparentes e refletir a realidade fática. A motivação para a presença de um membro em um comitê (ocupar um determinado

cargo) deve ser válida e atual. Se a motivação deixa de existir, a designação perde seu fundamento. A validade das deliberações de um órgão colegiado depende da legitimidade de sua composição. Uma composição formalmente irregular gera insegurança jurídica sobre todas as decisões tomadas pelo comitê.

Como consequência, pode-se citar que as decisões tomadas por um comitê com vício de composição podem ser questionadas e consideradas inválidas, gerando a necessidade de retrabalho e causando insegurança jurídica para toda a instituição. O comitê pode tomar decisões sem a participação dos legítimos representantes das áreas, comprometendo a qualidade e a aceitação de suas deliberações em toda a universidade. A falta de zelo com a composição de um comitê estratégico como o CGRC sinaliza uma fragilidade nos controles internos e na governança, podendo levar a uma perda de confiança da comunidade acadêmica e dos órgãos de controle. Ademais, a convocação de membros que não mais respondem por aquela função pode gerar problemas práticos para a realização das reuniões e para a obtenção de quórum para deliberação.

Constatação 04 – Fragilidades no atendimento aos princípios da publicidade e da transparência

Fato

As informações relativas à Governança, Gestão de Riscos e Controles Internos encontram-se dispersas em diferentes seções do *site* institucional, sem padronização ou centralização adequada, além da existência de seções/itens sem conteúdo ou sem atualização, bem como a permanência de publicação e citação, pela gestão, de documentos de setores/estruturas já extintos. Ainda, considerável número de pedidos de informação, nos últimos 3 anos, de informações pelo Serviço de Informação ao Cidadão (e-SIC) e Ouvidoria.

Em análise conjunta do *site* institucional e informações sobre Governança, Gestão de Riscos e Controles Internos, repassadas pela gestão através de respostas às solicitações de auditoria (Gabinete do Reitor – Processo Sipac 23205.032404/2025-28, Gabinete do Reitor/e-SIC – Processo Sipac 23205.033367/2025-75 e Ouvidoria Processo Sipac – 23205.032405/2025-72), observou-se:

- Existência, no menu “Institucional”, do item “Reitoria”, seguido do subitem “Assessoria Especial de Assuntos Estratégicos (Asseae)”, a qual, segundo a PORTARIA Nº 3674/GR/UFFS/2024, tem por competência, dentre outras: “IV - coordenar a estruturação, execução e monitoramento do Plano de Integridade da UFFS; (...) VI - coordenar o desenvolvimento, alterações e revisões de normativas institucionais,

relativas à governança, integridade, gestão de riscos e controles internos, com vistas à prevenção e a mitigação de vulnerabilidades eventualmente identificadas, bem como, adequações a normativas superiores”. Entretanto, não há informações publicadas e a gestão não informou nada sobre o setor.

- Existência, no menu “Institucional”, do item “Reitoria”, seguido do subitem “Governança e integridade” (<https://www.uffs.edu.br/uffs/assessoria-especial-de-governanca-e-integridade/apresentacao>), no qual consta informações, apenas, no item do menu lateral “Apresentação” (os demais itens do menu lateral estão sem informações), as quais tratam da instituição e competências da Assessoria Especial de Governança e Integridade (Asegi). Sobre esse setor, a gestão repassou as mesmas informações. Entretanto, destaca-se que o setor foi extinto pela Portaria nº 3668/GR/UFS/2024.
- Existência, no menu “Institucional”, do item “Comitês”, seguido do subitem “Comitê de governança, riscos e controles”, sendo que todos os itens do menu lateral contêm informações e as mesmas foram repassadas pela gestão.

Além disso, a gestão disponibilizou *links* para:

- PORTARIA Nº 1435/GR/UFS/2018 – INSTITUI PLANO DE INTEGRIDADE DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL.
- PORTARIA Nº 3864/GR/UFS/2025 – ESTABELECE POLÍTICA DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÕES DA UFS.
- RESOLUÇÃO Nº1 CGRC/UFS/2023 – APROVA O CALENDÁRIO DE REUNIÕES ORDINÁRIAS DO COMITÊ DE GOVERNANÇA, RISCOS E CONTROLES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL PARA O ANO DE 2024.
- Existência de um total de 439 pedidos de informação no e-SIC (22 pedidos sobre governança, 375 pedidos sobre gestão de riscos e 42 pedidos sobre controles).
- Existência de um total de 5 manifestações, Plataforma Fala.Br (ouvidoria), solicitando informações variadas relacionadas a “gestão de riscos”.

Causa/Critério/Consequência

Ausência de procedimentos institucionais definidos para a gestão, atualização e padronização das informações publicadas, bem como inexistência de unidade formalmente designada para coordenar e monitorar a divulgação dos conteúdos relacionados à Governança no *site* institucional.

Os critérios para a constatação emanam dos normativos sobre governança, gestão de riscos e controles internos (MP/CGU nº 01/2016, Art. 11, IV. Art. 16,VII, Art. 21, V e Decreto nº 9.203/2017, Art. 3º, VI, Art. 4º, XI), dos normativos sobre publicidade e transparência (Lei nº

12.527/2011 e Decreto nº 7.724/2012), da própria Constituição Federal e de boas práticas na gestão pública.

A fragmentação, dispersão e desatualização das informações relativas à Governança, Gestão de Riscos e Controles Internos comprometem a efetividade da transparência ativa, ao dificultar o acesso da sociedade a dados relevantes sobre a atuação institucional. Tal cenário pode gerar risco de desalinhamento de práticas internas, assimetria informacional, redução da credibilidade das informações disponibilizadas e impacto negativo na imagem institucional perante os órgãos de controle, os agentes públicos e a sociedade em geral.

IV – ANÁLISES

4.1 Análise da adequação da Política de Gestão de Riscos da UFFS, decorrente da extinção da Asegi

A Assessoria Especial de Governança e Integridade (Asegi), instituída em 2021, desempenhava um papel estratégico e fundamental para a consolidação da gestão de riscos na UFFS. Entre suas competências, destacava-se a coordenação do Comitê de Governança Riscos e Controle, conforme apontado na Análise Preliminar.

Entretanto, após sua extinção, formalizada pela Portaria nº 3668/GR/UFFS/2024, em 26/09/2024, a Auditoria Interna identificou um “grande retrocesso nos avanços anteriormente obtidos nesse âmbito”. Esta mudança resultou em uma lacuna institucional significativa, demandando uma reorientação da consultoria para abordar a “análise do impacto da extinção da Asegi, a redefinição de papéis e responsabilidades, e a revisão da Política de Gestão de Riscos”.

A verificação do texto da Política de Gestão de Riscos da UFFS, formalizada pela Resolução nº 66/CONSUNI-CAPGP/UFFS/2024 (a qual substituiu a Resolução nº 41/CONSUNI CAPGP/UFFS/2022), revelou que a versão atualmente vigente ainda contém referências à Assessoria Especial de Governança e Integridade (Asegi) e não contempla explicitamente as mudanças organizacionais recentes decorrentes da sua extinção.

A manutenção de referências a uma unidade extinta compromete a clareza das responsabilidades e fluxos institucionais, podendo gerar incertezas na aplicação da política e fragilizar a governança da gestão de riscos na UFFS. Esta atualização é fundamental para garantir o alinhamento da política com a realidade organizacional e o fortalecimento do sistema de gestão de riscos da instituição, conforme os objetivos gerais desta consultoria.

4.2 Identificação do órgão ou unidade administrativa atualmente responsável pela coordenação do Comitê de Governança Riscos e Controle, considerando a reestruturação institucional e eventuais realocações de responsabilidades

Uma das competências cruciais da extinta Assessoria Especial de Governança e Integridade (Asegi) era a coordenação do Comitê Gestor de Riscos e Controles Internos, que posteriormente se tornou o Comitê de Governança Riscos e Controles. A extinção da Asegi, em 2024, introduziu um “fator crítico” para o processo de gerenciamento de riscos da UFFS, resultando em uma lacuna institucional. A Audin não identificou formalmente essa competência em outro órgão ou função na UFFS. A Portaria que instituiu a Asegi estabelecia essa competência de coordenação, o que ressalta a importância da atualização da Política de Gestão de Riscos para adequação à nova estrutura organizacional da UFFS.

Foi solicitado à gestão que informasse o órgão ou unidade administrativa, formalmente responsável, com a comprovação documental pertinente. A resposta obtida foi a seguinte:

“Temos o Comitê designado e está dentre as atribuições da Assessoria Especial para Assuntos Estratégicos esta função, mas não temos uma portaria específica para esta designação”.

A resposta da gestão, aliada à análise documental e à ausência de normativos formais que designem explicitamente o novo responsável, confirma que, embora a Assessoria Especial para Assuntos Estratégicos (Asseae) tenha informalmente assumido a atribuição de coordenação do CGRC, não há uma formalização legal ou normativa vigente para tal designação.

A falta de formalização gera “incerteza ou sobreposição de competências” e acarreta “risco de lacunas ou conflitos operacionais, enfraquecendo o funcionamento do Comitê de Governança Riscos e Controle e a gestão de riscos da instituição”. Esta condição pode comprometer a segurança jurídica, a clareza dos fluxos institucionais e a efetividade da atuação do CGRC, representando uma vulnerabilidade temporária nos controles internos e na gestão de riscos da UFFS. A formalização desta responsabilidade é essencial para a integridade e o bom funcionamento do sistema de governança da Universidade.

Apresenta-se a seguir a análise referente à identificação da composição atual dos membros do Comitê de Governança, Riscos e Controles, verificando seus representantes.

4.3 Identificação da composição atual dos membros do Comitê de Governança, Riscos e Controles, verificando seus representantes

Esta seção do relatório dedica-se à análise da composição atual dos membros do Comitê de Governança, Riscos e Controles (CGRC) da UFFS, verificando a adequação de seus representantes diante das movimentações recentes na gestão da universidade. Este ponto é crucial para a governança e a eficácia do CGRC, e está alinhado com o objetivo específico de “Identificar a composição atual dos membros do Comitê de Governança Riscos e Controle, verificando seus representantes”.

A gestão encaminhou *link* que remete à Portaria nº 3666/GR/UFFS/2024, documento que designa os membros para compor o Comitê de Governança, Riscos e Controles da UFFS e possui *status* de “VIGENTE”.

A análise da Portaria nº 3666/GR/UFFS/2024 revelou uma inconsistência significativa: servidores que não atuam mais na gestão da universidade, devido a alterações em cargos de proreitorias ou outras posições, ainda estão listados com responsabilidades na referida portaria. Isso indica que a portaria não sofreu as alterações necessárias para refletir a composição atual e real da gestão. A Implicação desse achado é clara: “Risco de decisões inválidas, falta de representatividade efetiva e fragilidade nos controles institucionais do Comitê, risco de responsabilização administrativa”.

A falta de atualização na Portaria nº 3666/GR/UFFS/2024, que designa os membros do Comitê de Governança, Riscos e Controles, demonstra que a composição formal do CGRC não reflete a realidade atual da estrutura de gestão da UFFS. A presença de servidores que já não ocupam os cargos correspondentes na portaria gera um desalinhamento entre o quadro formal e o efetivo, o que pode comprometer a legitimidade das deliberações do Comitê e a eficácia de sua atuação.

Para assegurar a validade das decisões, a representatividade adequada e a solidez dos controles institucionais, é imperativo que a UFFS revise e atualize prontamente a Portaria de designação dos membros do CGRC, garantindo que os nomes e cargos reflitam fielmente a estrutura organizacional vigente.

4.4 Avaliar o grau de publicidade e transparência das informações relacionadas à Política de Gestão de Riscos e Controles Internos

Através da análise do *site* institucional (Portal UFFS – Home) e das Solicitações de Auditoria ao Gabinete do Reitor (Processo Sipac 23205.032404/2025-28 e Processo Sipac 23205.033367/2025-75) e à Ouvidoria (Processo Sipac 23205.032405/2025-72), ficou evidenciado que informações relativas à Governança, Gestão de Riscos e Controles Internos encontram-se dispersas em diferentes seções do *site* institucional, sem padronização ou centralização adequada. Ainda, observou-se a existência de seções e itens sem conteúdo ou sem atualização e a permanência, na página, de setores/estruturas já extintos.

Ademais, verificou-se grande número de solicitações de pedidos de informação no e-SIC e solicitações de informações na Plataforma Fala. BR, relacionadas a “gestão de riscos”.

V – RECOMENDAÇÕES CORRETIVAS E ESTRUTURANTES²

Com base nas análises realizadas, que identificaram pontos críticos na adequação da política, na formalização de responsabilidades, na composição do Comitê de Governança, Riscos e Controles (CGRC) da UFFS, e na transparência, apresentamos as seguintes recomendações, visando fortalecer a gestão de riscos e a governança institucional:

As recomendações da auditoria, após a emissão do relatório final, iniciam processo de monitoramento por meio do sistema e-CGU, tendo como unidade responsável pelas manifestações o Gabinete do Reitor. Instruções – Anexo.

A data limite para a primeira manifestação da gestão, via e-CGU, quanto às recomendações, ficou acertada para o dia 29/05/2026.

Recomendação 01

Revisar e atualizar a Resolução nº 66/CONSUNI-CAPGP/UFFS/2024, ou o ato normativo que a substitua, definindo claramente as unidades e os atores responsáveis por cada atribuição, no âmbito da Política de Gestão de Riscos da UFFS. Quando do monitoramento desta auditoria, devem ser apresentadas as ações referentes ao recomendado.

Recomendação 02

Formalizar, por meio de ato normativo (ex: nova Portaria e ou Resolução nº 66/CONSUNI-CAPGP/UFFS/2024), a designação da unidade administrativa responsável pela coordenação do Comitê de Governança, Riscos e Controles (CGRC), formalizando-se o atual órgão ou setor responsável pela coordenação do Comitê de Governança Riscos e Controle. Quando do monitoramento desta auditoria, devem ser apresentadas as ações referentes ao recomendado.

Recomendação 03

Revogar a Portaria nº 3666/GR/UFFS/2024 e publicar, em caráter de urgência, uma nova portaria de designação dos membros do CGRC, refletindo fielmente a atual estrutura de gestão e os ocupantes dos cargos com assento no comitê. Quando do monitoramento desta auditoria, devem ser apresentadas as ações referentes ao recomendado.

Recomendação 04

Instituir um processo formal, a fim de assegurar que, no âmbito do gabinete do Reitor, sempre

² Uma recomendação corretiva é aquela que visa corrigir um problema ou deficiência identificada em um processo, controle ou procedimento específico. Uma recomendação estruturante é aquela que visa fortalecer a estrutura, processos e controles de forma mais abrangente e duradoura.

que houver uma reestruturação administrativa com extinção, criação ou fusão de unidades, todos os normativos institucionais que fazem referência a essas unidades sejam identificados e encaminhados para revisão e atualização tempestiva.

Recomendação 05

Estabelecer um fluxo de comunicação formal para que a Progep informe ao Gabinete do Reitor (ou à unidade designada como responsável pela portaria) sempre que houver a nomeação ou exoneração de um servidor que ocupe cargo com assento no CGRC, a fim de garantir a atualização tempestiva do ato de designação.

Recomendação 06

Estabelecer e formalizar procedimentos internos que assegurem a gestão, atualização e padronização das informações referentes (transparência ativa) à Governança, Gestão de Riscos e Controles Internos no *site* institucional, designando unidade responsável por sua consolidação, revisão periódica e monitoramento. Recomenda-se, ainda, a exclusão de informações relativas a setores extintos e a reestruturação do conteúdo de forma a garantir a observância efetiva dos princípios da publicidade e da transparência.

VI– CONCLUSÃO

A presente consultoria, conduzida com o objetivo de apoiar a Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) na estruturação de um modelo robusto de Governança para a Gestão de Riscos, após a extinção da Assessoria Especial de Governança e Integridade (Asegi), identificou importantes desafios e oportunidades de aprimoramento na atual configuração institucional.

A análise dos documentos e processos revelou pontos críticos que demandam atenção imediata para assegurar a continuidade e a eficácia da política de gestão de riscos.

Verificou-se que a Política de Gestão de Riscos da UFFS, embora tenha sido objeto de revisões recentes, ainda mantém referências explícitas à extinta Asegi. Essa desatualização gera inconsistências e potencial confusão sobre as atribuições e fluxos institucionais, comprometendo a clareza necessária para a efetiva implementação da gestão de riscos em conformidade com a estrutura organizacional vigente.

Outro ponto de destaque é a lacuna na formalização da responsabilidade pela coordenação do Comitê de Governança, Riscos e Controles (CGRC). A função, antes estratégica e formalmente vinculada à Asegi, encontra-se atualmente em uma situação de atribuição informal, com a Assessoria Especial para Assuntos Estratégicos (Asseae) assumindo o papel sem

a devida chancela em um ato normativo específico. Essa informalidade acarreta riscos de segurança jurídica e potencial fragilização da atuação do Comitê.

Adicionalmente, a análise da composição do CGRC revelou que a Portaria de designação de seus membros está desatualizada, listando servidores que já não ocupam os cargos correspondentes na estrutura de gestão da Universidade. Essa inconsistência compromete a legitimidade das decisões do Comitê e a representatividade de seus membros, enfraquecendo a governança e a capacidade de resposta institucional aos riscos.

Finalmente, quanto à publicidade e transparência, as análises apontaram que as informações relevantes (normas, fluxos, papéis, responsabilidades) relativas à Governança, Gestão de Riscos e Controles Internos encontram-se dispersas em diferentes seções do *site* institucional, sem padronização ou centralização adequada e existência de seções e itens sem conteúdo ou sem atualização, bem como a permanência de setores/estruturas já extintos.

Em conjunto, esses achados indicam que, apesar dos avanços na institucionalização da gestão de riscos na UFFS, a extinção da Asegi criou um cenário que exige uma readequação normativa e operacional. A falta de alinhamento entre as políticas, a formalização de responsabilidades e a composição dos órgãos colegiados impacta diretamente a capacidade da Universidade de gerenciar seus riscos de forma proativa e eficaz, expondo a instituição a vulnerabilidades.

As recomendações propostas neste relatório visam, portanto, sanar essas lacunas, promovendo a necessária atualização e formalização para um modelo de governança de riscos mais robusto, transparente e alinhado à realidade institucional da UFFS. A adoção dessas medidas é fundamental para fortalecer a cultura de riscos, aprimorar os controles internos e garantir maior segurança e eficiência na consecução dos objetivos estratégicos da Universidade.

Por fim, reforça-se que as recomendações indicadas não limita a adoção de outras formas de monitoramento e governança, conforme as especificidades institucionais e das boas práticas de gestão pública.

Os encaminhamentos quanto a emissão do relatório final de auditoria estão descritos no anexo.

É o relatório preliminar.

Chapecó, 28 de novembro de 2025.

DEISI MARIA DOS SANTOS KLAGENBERG
Auditora-Chefe

MARISA ZAMBONI PIEREZAN
Chefe da Dataudin

ANEXO I

Para o monitoramento das recomendações, o Gabinete do Reitor, através da Assessoria Especial para Assuntos Estratégicos, deverá estar atento ao sistema de monitoramento e-CGU para a emissão de manifestação em relação às recomendações relatadas.

Quanto à utilização do sistema, a auditoria interna dispõe do [manual e-CGU Gestores](#), disponível na página da UFFS/Auditoria Interna. **Deverão solicitar acesso ao sistema, dois usuários: o supervisor da unidade (Pró-Reitor (a)) e o operador da unidade (servidor designado pelo Pró-Reitor). Importante a leitura do manual e em caso de dúvidas contatar a auditoria interna.**

É de responsabilidade da gestão da UFFS o cumprimento das recomendações emitidas pela Audin, ou então, aceitar formalmente o risco correspondente, caso decida não implementá-las (assunção de riscos).

Quando do monitoramento das recomendações, o gestor deverá observar:

1. Em caso de manifestação de recomendação não implementada ou parcialmente implementada, para a qual a gestão está buscando a implementação – indicar prazo para nova manifestação (o prazo deve ser razoável).
2. Em caso de manifestação de recomendação não implementada ou parcialmente implementada, para a qual a gestão julgue assumir os riscos pela não implementação ou parcial implementação – que essa informação seja declarada na manifestação.
3. Para o caso da gestão julgar a recomendação como implementada, a comprovação da implementação da recomendação deve ser apresentada por meio do sistema e-CGU.

ANEXO II

Encaminhamentos do Relatório de Auditoria

Após finalizados os trabalhos de execução de auditoria, conforme [Mapa de Processo nº 92/EP/UFFS/2022 – Execução de Auditorias Programadas](#), a auditoria interna seguirá os seguintes trâmites:

- 1) Encaminhamento o relatório final de auditoria ao Reitor (presidente do Consuni) por meio do sistema Sipac, para que se manifeste, de forma fundamentada, quanto à existência de dados restritos ou sigilosos.
- 2) Publicação do relatório final na página institucional da UFFS/Auditoria Interna.
- 3) Encaminhamento o relatório final à CGU (por meio do e-CGU).
- 4) Encaminhamento ao Concur, ao Consuni Capgp, à Proplan (responsável pelo apoio ao Comitê Gestor de Riscos e Controles Internos) e à Assessoria Especial para Assuntos Estratégicos.